

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

6



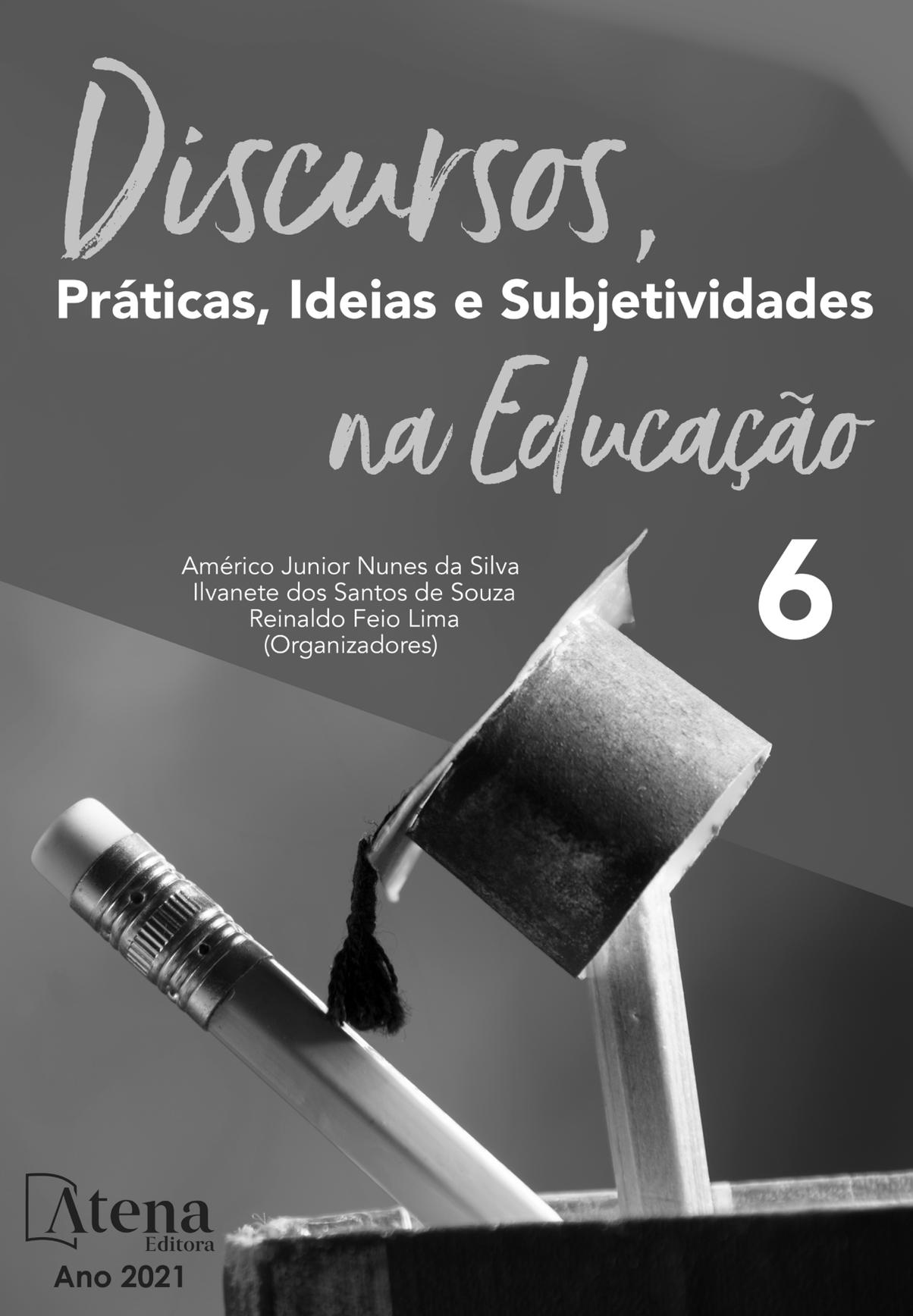
Atena
Editora

Ano 2021

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

6



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 6

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 6 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-022-0

DOI 10.22533/at.ed.220212804

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldades relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30¹).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

¹ GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. Estudos Avançados. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

FORMAÇÃO CONTINUADA E ADOECIMENTO DOCENTE: BASES HISTÓRICO-CRÍTICO-CULTURAIS PARA PENSAR POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO

Soraya Cunha Couto Vital

Vanderlei Braulino Queiroz

Sônia da Cunha Urt

DOI 10.22533/at.ed.2202128041

CAPÍTULO 2..... 12

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E IDENTIDADES DOCENTES: FORMAS DE RECEPÇÃO DE UMA PROPOSTA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM ESCOLAS CAMPO

Carolinne Porto da Silva

Luciana Maria Viviani

DOI 10.22533/at.ed.2202128042

CAPÍTULO 3..... 26

CÁLCULO DE ÍNDICE DE EFECTIVIDAD: APLICACIÓN PARA ESTUDIOS DE GRADUADOS EN PROGRAMAS UNIVERSITARIOS

David Alberto García Arango

Cesar Felipe Henao Villa

Jovany Sepúlveda-Aguirre

Luis Fernando Garcés Giraldo

José Antonio García Pereáñez

DOI 10.22533/at.ed.2202128043

CAPÍTULO 4..... 36

O POSITIVISMO NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Victoria Henrard

DOI 10.22533/at.ed.2202128044

CAPÍTULO 5..... 42

PRÁTICAS DE INCLUSÃO NO ATENDIMENTO ESCOLAR DOMICILIAR

Raquel Soares da Silva

Daiane de Liemes Rosa

DOI 10.22533/at.ed.2202128045

CAPÍTULO 6..... 53

EDUCAÇÃO INTEGRAL PRESSUPOSTO PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Abadia dos Santos Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.2202128046

CAPÍTULO 7..... 62

ACESSIBILIDADE NO IFCE: ANÁLISE SITUACIONAL DOS NAPNES

Hellenvivian de Alcantara Barros

Kelma de Freitas Felipe
Patrícia Fernandes de Freitas
DOI 10.22533/at.ed.2202128047

CAPÍTULO 8..... 71

**CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS ATRAVÉS DE PRÁTICAS EDUCATIVAS
EXPERIMENTAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS**

Diane Rita Rupp
Rosemar Ayres dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.2202128048

CAPÍTULO 9..... 81

A PROFESSORA LUCÍLIA BECHARA SANCHEZ: UMA PROFESSORA MODERNA

Francisco de Oliveira Filho

DOI 10.22533/at.ed.2202128049

CAPÍTULO 10..... 94

**CATOLICISMO E POLÍTICA ÀS VÉSPERAS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL: O
SISTEMA PAULISTA DE ENSINO NA ADMINISTRAÇÃO DO PADRE JANUÁRIO
BALEIRO DE JESUS E SILVA (1963-1964)**

Samuel José de Carvalho
Mauro Castilho Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.22021280410

CAPÍTULO 11..... 105

**ACESSIBILIDADE ATITUDINAL E OS ENTRAVES NA INCLUSÃO DO ESTUDANTE
COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO AMBIENTE ACADÊMICO**

Carolina Eckrich Canuto
Luciana dos Santos dos Anjos
Elisângela Bezerra Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.22021280411

CAPÍTULO 12..... 116

**A CONCEPÇÃO DE ESTUDANTES E PROFESSORES(AS) DOS ANOS FINAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE SAÚDE EM ESCOLAS COM DIFERENTES
CONTEXTOS**

Márcio da Mota Machado Filho
Ivana Fontoura Carvalho
Débora Velasque de Souza
Edward Frederico Castro Pessano
Maurício Cendón do Nascimento Ávila
Fernando Icaro Jorge Cunha
Marcos Corrêa Kemmerich
Francisco Mesquita Santos
Salette Pereira Zanella
Maria José Baltar de Azambuja
Mayara da Silva Lachmann

DOI 10.22533/at.ed.22021280412

CAPÍTULO 13	124
UMA PRÁTICA EDUCATIVA INTERDISCIPLINAR AMPLIANDO O REPERTÓRIO CULTURAL DO ALUNO	
Cecilia Doracy Ulrich Regis Scarlet Karen Buzzi	
DOI 10.22533/at.ed.22021280413	
CAPÍTULO 14	136
LA GESTIÓN EDUCATIVA SEGÚN EL PENSAMIENTO DE JAIME CAICEO: UN ENFOQUE HISTÓRICO	
Estela Socías Muñoz	
DOI 10.22533/at.ed.22021280414	
CAPÍTULO 15	147
EDUCAÇÃO, DESAFIOS E DILEMAS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: GÊNERO E A MULHER ENCARCERADA	
Tailan Cristina Maciel Vanessa Elisabete Raue Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.22021280415	
CAPÍTULO 16	158
O DESINTERESSE DOS JOVENS NA AULAS DE SOCIOLOGIA, EXISTE UM CULPADO?	
Jessica Laiane dos Santos Dildo Pereira Brasil Carlos Henrique Catuaba de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.22021280416	
CAPÍTULO 17	169
PENSAR O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: PROCESSOS DE (TRANS) FORMAÇÃO COLABORATIVOS	
Isabel Tomázio Correia Manuela Matos So ia Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.22021280417	
CAPÍTULO 18	181
A IMPORTÂNCIA DA DIVERSÃO NO APRENDIZADO DA MATEMÁTICA	
Gyslane Aparecida Romano dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.22021280418	
CAPÍTULO 19	184
A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA	
Aline Carolina Bassoli Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.22021280419	

CAPÍTULO 20.....	193
RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: REFLEXÕES DA GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA AUSÊNCIA DOS PAIS NA EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS	
Isabele Guimarães Ramos	
Jadson Justi	
Jamson Justi	
Edrilene Barbosa Lima Justi	
DOI 10.22533/at.ed.22021280420	
SOBRE OS ORGANIZADORES	209
ÍNDICE REMISSIVO.....	211

EDUCAÇÃO INTEGRAL PRESSUPOSTO PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Data de aceite: 03/05/2021

Data de submissão: 03/02/2021

Ana Abadia dos Santos Mendonça

Doutoranda em Educação, UNIUBE
<http://lattes.cnpq.br/1002426699157378>

RESUMO: Este artigo trata de um assunto bastante discutido na educação regular: a educação integral e a educação inclusiva. Ambas são efetuadas em unidades educacionais voltadas a ocupar o contra turno. Possui princípios diferentes, mas caminham juntas, desde que tenham um diálogo entre os profissionais que atuam na escola e podem exercer um mesmo papel, o de colaborar para o aprendizado de alunos com deficiências. Esta pesquisa de caráter bibliográfico tem como objetivos: conhecer, analisar e discutir uma educação integral voltada também para o atendimento da educação inclusiva. Conclui-se que é possível aliar a educação integral à inclusiva, levando os alunos que necessitam de atendimento individual inclusivo por ocasião de sua deficiência a sentirem participantes do seu processo de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Alunos com deficiências, Aprendizagem, Escola Regular, Inclusão Escolar.

INTEGRAL EDUCATION ASSUMPTION FOR INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT: This article deals with a subject

widely discussed in regular education: integral education and inclusive education. Both are carried out in educational units aimed at occupying the counter shift. It has different principles, but they go together, as long as they have a dialogue between the professionals who work at the school and can play the same role, that of collaborating for the learning of students with disabilities. This bibliographic research has as objectives: to know, analyze and discuss an integral education also focused on the care of inclusive education. We conclude that it is possible to combine integral and inclusive education, making students who need inclusive individual care at the time of their disability feel part of their learning process.

KEYWORDS: Students with disabilities, Learning, Regular School, School Inclusion.

INTRODUÇÃO

Vivemos num momento em que praticamente tudo tem que ser integral. Escola, alimentação, assistência escolar, médica e psicológica, valorização das pessoas, convivência com os filhos, pais e especialmente a vida estudantil dos educandos. Estamos rodeados de pessoas que nos querem em tempo integral e não se conformam com o tempo que temos em oferecer.

A escola tem passado por diversas mudanças e uma delas é a Educação Integral. Mas o que é essa modalidade de ensino que convoca os estudantes a ficarem o dia inteiro na escola, alimentando, fazendo os deveres de

casa, brincando e estudando mais do que outros alunos da sua idade.

A Educação Integral é uma proposta contemporânea que compreende que a educação e garanta o desenvolvimento dos educandos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural.

A partir dos estudos de Teixeira (2007), Paro (2009a), Gadotti (2009) e Carvalho (2006), em que é recorrente a afirmação de que a educação integral necessita de investigações mais aprofundadas, de modo a contemplar as incertezas, as contradições, enfim, as especificidades do termo.

Sendo assim, Maurício (2009a) define que:

A educação integral reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, por exemplo, entre corpo e intelecto. Que esta integralidade se constrói através de linguagens diversas, em variadas atividades e circunstância. O desenvolvimento dos aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros se dá conjuntamente (MAURÍCIO, 2009^a, p. 54-55).

Para que a educação integral aconteça, existe a necessidade de ver o sujeito como um todo. O educando deve ser desenvolvido em todos os aspectos físicos, emocionais, sociais, acadêmicos e intelectuais. As particularidades deste alunado se desenvolvam para o crescimento total dele.

A Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007 que instituiu o Programa Mais Educação em que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar destaca nos seus objetivos:

Art. 1º Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos (BRASIL, 2007, s/p).

Ainda segundo o mesmo documento, no parágrafo único coloca que o “programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços socioculturais, de ações socioeducativas no contra turno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer” (BRASIL, 2007, s/p).

As escolas deverão possuir disponibilidade de locais dentro do seu ambiente escolar, ou seja, espaços apropriados para o desenvolvimento de tais aulas, como esporte, lazer, artes, etc.

Sabe-se que é importante nortear os alunos para uma melhor compreensão da realidade, dando suporte pedagógico para que ele possa desenvolver-se de maneira plena e caminhando para um processo ensino aprendizagem que realmente atenda às demandas da sociedade:

[...] formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes (BRASIL, 2007, s/p).

Pensando no sujeito integral, a mesma portaria coloca como algumas finalidades da educação integral:

[...] II - contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar; III - oferecer atendimento educacional especializado às crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais, integrado à proposta curricular das escolas de ensino regular o convívio com a diversidade de expressões e linguagens corporais, inclusive mediante ações de acessibilidade voltadas àqueles com deficiência ou com mobilidade reduzida; [...] (BRASIL, 2007, s/p).

Também é uma das finalidades dessa portaria, a educação integral para o combate a trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2007, s/p).

Aliada a educação integral, a educação inclusiva é favorecida por esta dinâmica. Por ser uma forma de atuar no indivíduo como um todo, a modalidade de ensino integral vem acalhar com o que educação inclusiva deve contemplar. Na LDB 9.394/96 no seu capítulo destinado à educação especial, convoca a toda a comunidade escolar a trabalhar com as pessoas com deficiências, quando necessário, no contra turno.

Assim no Capítulo V desta lei Art. 1 e 2, relata:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2o O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996, s/p).

Desta forma, o que a legislação diz que para que o atendimento educacional aconteça, ele necessita ser no contra turno, pois os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação não podem ser retirados da sala de aula regular para este atendimento, até porque o momento diário na escola juntamente com os outros alunos, também facilita a aprendizagem.

Assim esta pesquisa bibliográfica tem como objetivos: conhecer, analisar e discutir uma educação integral voltada também para o atendimento da educação inclusiva, assistindo alunos com e sem deficiências nas diversas etapas da educação regular.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral e a Escola em Tempo Integral foram trazidas para o Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014 – como meta (Meta 6) para que “crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira” (BRASIL, 2014).

O atendimento em tempo integral na escola proporciona ao sujeito, a oportunidade de fazer suas atividades escolares com orientação pedagógica individual, ou em grupos, o que favorece o processo de ensino aprendizagem do aluno em questão. Há também a prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, levando em conta que o aluno esteja bem assistido em suas potencialidades além do processo cognitivo ser favorecido.

A Educação Integral pode ser entendida como:

[...] a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde, além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça e valorize sua história e seu patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza, aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante, consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos (MEC, 2014, s/p).

Assim, a ampliação do tempo integral, no entanto, tem sido marcada por experiências que possuem pontos positivos e também negativos com relação às atividades curriculares e extracurriculares (turno e contra turno), desprezando a integração curricular. Esse tempo deve ser entendido como um direito a educação de qualidade e que se realize através de uma experiência que estimule a curiosidade dos educandos.

A Educação Integral deve investir em seu compromisso com os conhecimentos que possibilitam a compreensão da realidade e a sua transformação. Como acentua Felício (2012):

[...] a educação integral deve ser capaz de responder a uma multiplicidade de exigências, ao mesmo tempo em que deve objetivar a construção de relações na direção do aperfeiçoamento humano, o que comporta na oferta de possibilidades para que o indivíduo possa evoluir, plenamente, em todas as suas dimensões (cognitiva, corpórea, social, cultural, psicológica, afetiva, econômica, ética, estética, entre outras) (FELÍCIO, 2012, p. 05).

A multiplicidade de exigências que a escola integral deve se concentrar favorece uma

discussão a respeito de como as pessoas envolvidas no processo ensino aprendizagem possam conduzir uma ação dialógica proporcionada pelos sujeitos que viabilizam o atendimento a essa orientação que fundamenta a concepção de uma educação integral.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Durante muitos anos, alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação eram colocados em escolas especiais para que pudesse conviver e aprender de acordo com o que se achava que eles poderiam. Hoje a realidade mudou. Estes sujeitos também podem e devem estar na escola regular junto com todos os outros representativos da normalidade.

Isso está mudando a cada dia. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (2015), a intenção é “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Assim, ter na escola regular alunos com deficiências volta o olhar para aqueles que não se sentiam a vontade para estar num ambiente escolar de qualidade e de acolhimento por todos os profissionais da escola, alunos de maneira geral e toda a comunidade escolar.

A LBI também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência considera a pessoa com deficiência, como:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, s/p).

É preciso entender que a inclusão de Pessoas com Deficiência no ensino regular é fazê-las integrantes da escola num sistema único de educação. Todavia, vivemos em um momento em que o mundo prega o respeito à diversidade, e que esta seja entendida como um processo natural, pois “defender a inclusão escolar é necessário para que seja dada a oportunidade a todos os alunos de estarem na escola e, juntos, aprenderem o respeito às diferenças” (CUNHA, 2015, p. 71).

A educação inclusiva se processa no ambiente escolar de forma que todos possam se beneficiar dela, alunos com deficiências e representativos da normalidade. Ela se apresenta com a característica de ajudar os alunos que sozinhos não conseguem solucionar problemas devido a sua deficiência, e superar seus limites.

A inclusão escolar perpassa pelas várias dimensões humanas, sociais e políticas, e vem gradualmente se expandindo na sociedade contemporânea, de forma a auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral, de maneira a contribuir para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos.

Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua 'socialização'. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 344).

Para Carvalho (2007), a Educação Inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos, independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural. Ela se processa com a colaboração de todos dentro da escola, sejam direção, coordenação pedagógica, professores, alunos de maneira geral e os demais servidores da escola.

O ato de incluir é, antes de tudo, uma lição de cidadania e de respeito para com o próximo. Incluir é reconhecer que existem outros de nós que precisam participar de todos os meios, seja profissional, educacional, social, independente das diferenças.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESCOLA INTEGRAL

A educação inclusiva por si só demanda um tempo maior para a aprendizagem, pois o aluno com deficiência necessita de mais tempo para processar o que sendo ensinado. Seu cognitivo na maioria das vezes é mais lento e ajustes na condução do processo ensino aprendizagem por parte de quem ensina, pois ele necessita tomar consciência de que é capaz de aprender e se esforçar para isto.

Numa escola de tempo integral, alunos com deficiências poderão converter em aprendizagem várias situações que vivenciará dentro da escola, fora da normalidade, como alimentar bem e só, muitas vezes ele não dispõe dessa habilidade, socializar nos momentos de lazer, de estudo, de participação ativa dentro da escola.

Como estratégia de ação, a Educação Integral amplia o espaço/tempo das atividades que visam à qualificação das múltiplas dimensões educativas. A educação integral não se refere ao aumento do tempo do aluno na escola, mas proporcionar oportunidades/vivências em que os alunos sejam orientados pelos educadores. Presume-se que um maior tempo contribua para uma

[...] quantidade maior de oportunidades de aprendizagem. Isso significa que uma política efetiva de educação integral não se traduz, apenas, em aumentar o tempo de escolarização, mas requer mudar a própria concepção e o tipo de formação oferecido aos futuros cidadãos [...] cabe destacar que um turno complementar é importante para enriquecer a aprendizagem; no entanto, a existência por si só de um turno complementar não significa educação integral. Torna-se fundamental a integração do currículo costumeiramente fragmentado entre regular e expandido (Fundação Itaú Social, Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2011, p. 25).

A Educação Integral e a Educação Inclusiva compartilham dos mesmos princípios

quanto ao papel central da Escola em articular estratégias de ensino que fomentam uma real aprendizagem para todos os alunos e diminuam as inúmeras desigualdades socioculturais e educacionais.

Um ponto de congruência entre a Educação Integral e a Educação Inclusiva é quanto aos aspectos legais que norteiam essas duas vertentes: ambas são relativamente novas em nossa sociedade, sendo seus princípios ainda pouco compreendidos pela comunidade escolar.

Para Pacheco (2008), as discussões acerca da Educação Integral envolvem aspectos conceituais sobre os quais “não há um consenso quanto ao entendimento do termo e as definições existentes contemplam diferentes dimensões sobre elementos relevantes para a Educação Integral” (p. 5).

Figueiredo (2010) enfatiza que a Educação Inclusiva enfrenta diversas dificuldades, dentre elas, as atitudes de educadores que ignoram os princípios norteadores da inclusão, alegando incapacidade e/ou despreparo para trabalhar com crianças que apresentam algum tipo de deficiência.

A escola inclusiva e a de tempo integral almejam outros modos de interpretar o conhecimento escolar, revendo sistemas, estratégias, espaço/tempo e currículo, promovendo, assim, uma releitura do processo de ensino-aprendizagem. Diversos autores (BATISTA, MANTOAN (2006); FIGUEIREDO (2008, 2010); MANTOAN, (2008); POULIN (2010); ROPOLI, MANTOAN, SANTOS, MACHADO (2010); enfatizam o papel fundamental que a Escola desempenha para a promoção dessa releitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Educação Integral permite construir uma escola que valoriza os saberes dos alunos em seus diversos e diferentes contextos e ambientes, podendo, assim, ampliar o repertório de estratégias de ensino-aprendizagem.

A Educação Inclusiva visa à quebra do paradigma da escola que identifica, classifica e seleciona os que podem dos que não podem aprender, em detrimento de uma escola que respeita, integra, amplia e incentiva seus alunos a serem sujeitos reguladores de sua própria aprendizagem.

Educação Integral e da Educação Inclusiva é compreendida como uma educação voltada para o respeito às diferenças, como uma educação que leva em consideração às experiências, a interação, as trocas entre os alunos. Como uma educação que amplia os espaços das escolas e abre as portas para a comunidade como estratégia de ação para o desenvolvimento de todos os alunos, entendendo que estes são sujeitos cognocentes que atuam em sua própria aprendizagem e na aprendizagem dos seus pares de forma cooperativa.

O professor, dessa escola de tempo integral inclusiva, é um mediador desse

processo de construção de conhecimento.

Educação Integral e Educação Inclusiva são compreendidas como uma educação voltada para o respeito às diferenças, como uma educação que leva em consideração às experiências, a interação, as trocas entre os alunos.

A escola de tempo integral inclusiva, que possibilita ampliar os tempos escolares favorecendo o processo de aquisição de conhecimento, é um lugar propício para que as estratégias de ensino que favorecem a aprendizagem de todos os alunos e consequentemente a inclusão escolar possam ser fomentadas e praticadas em colaboração com toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BATISTA, C. A. M. MANTOAN, T. E. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. 2ª Ed. Educação Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2015. Disponível em: <https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf>. Acesso em 20 de jul. de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em: 12 dez. 2014.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em 28 de jun. de 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Senado Federal. 1996. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em 29 de jun. de 2020.

CARVALHO, M. C. B. **O lugar da educação integral na política social**. Cenpec, São Paulo, n. 02, p. 7-11, 2006.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

FELÍCIO, H. M. dos S. Análise curricular da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral. **Revista e- Currículum**, São Paulo, v.8, n.1, p. 1- 18, abril, 2012.

FIGUEIREDO, R. V. (Org.). **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GADOTTI, M. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D.; FONTES, R. de S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. In: **Revista em Educação**. Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356. 2007. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/2007/a5.htm>. Acesso em 08 de mar de 2020.

MANTOAN, M. T. E. (org). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAURICIO, L. V. Políticas públicas, tempo, escola. In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2009a. p. 53-68.

PACHECO, S. M. **Proposta pedagógica**. In: Salto para o Futuro, Educação Integral, Ano XVIII, boletim 13, Agosto de 2008.

PARO, V. H. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade. In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2009a. p. 13-20.

POULIN, J. R. **Quando a escola permite a contribuição no contexto das diferenças**. Edições UFC, Fortaleza, 2010.

ROPOLI, E. A.; MANTOAN, M. T. E. ;SANTOS, M. T. C. T.; MACHADO, R. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar - a escola comum inclusiva**. Coleção: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar/Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, v. 1 (jan. 2010), Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

TEIXEIRA, A. S. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

VARIOS AUTORES. **Tendências para a educação integral**. São Paulo: Fundação Itaú Social – CENPEC, Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2011. Disponível em: http://ww2.itaou.com.br/itausocial2/pdf/ed_integral.pdf. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 43, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115

Acessibilidade atitudinal 105, 106, 107, 113

Adhemar de Barros 94, 95, 99, 100, 102, 103, 104

Adoecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Afetividade 181, 183, 196

Alunos com deficiências 53, 55, 57, 58, 108, 109

Ambiente 13, 15, 23, 24, 27, 42, 43, 48, 50, 51, 54, 57, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 121, 127, 134, 163, 164, 165, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 195, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206

Análisis envolvente de datos 26, 28, 30

Aprendizagem 3, 7, 8, 9, 20, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 71, 72, 73, 75, 79, 86, 92, 108, 110, 114, 115, 124, 125, 127, 131, 132, 134, 135, 155, 159, 162, 163, 169, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 210

Atendimento domiciliar 42, 44, 45, 47, 49

B

Benjamin Constant 36, 38, 39, 40, 160

C

Calidad de la educación 136

Calidad educativa 26, 30, 35

Catolicismo 94, 100, 103

Ciência 36, 37, 38, 48, 62, 63, 70, 80, 84, 93, 123, 166

Comte 36, 37, 38, 39, 40, 41

Covid-19 50, 124, 134

D

Deficiência visual 105, 106, 113

Diversão 164, 181, 182, 183

Docência 10, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 46, 78, 79, 93, 158, 167, 168, 209

Docentes 1, 4, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 72, 79, 85, 87, 110, 112, 113, 120, 121, 140, 141, 162, 170, 178, 186

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 21, 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 84, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 117, 118, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Educação pré-escolar 169, 170, 172, 176, 179, 180

Encarceramento 147

Enfoque histórico 136, 137

Enfrentamento 1, 2, 3, 7, 8, 9, 153

Ensino 2, 3, 4, 7, 9, 18, 19, 27, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 93, 94, 99, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 127, 131, 134, 154, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 171, 178, 181, 182, 183, 185, 186, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 206, 207, 208, 209, 210

Escola 6, 12, 14, 19, 21, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 72, 73, 75, 76, 79, 82, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 104, 108, 110, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 131, 134, 135, 145, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Escola regular 43, 53, 55, 57, 63, 110

Estágio supervisionado 12

Estudios de graduados 26

Experimentação 19, 38, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80

F

Família 21, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 99, 108, 112, 136, 164, 167, 168, 184, 186, 188, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Formação continuada 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 79

Formação de professores 2, 6, 10, 12, 18, 19, 25, 82, 93, 108, 161, 162, 209, 210

G

Gênero 5, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 208

Gestión educativa 136, 137, 143

Gestor escolar 193, 195, 207, 208

I

Identidades docentes 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

Inclusão 6, 42, 43, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 154, 155, 158, 161, 184, 186, 189, 190, 191, 210

Inclusão escolar 53, 57, 58, 60, 61, 70, 105, 108, 114, 115, 190

Índice de efectividade 26, 28, 29

Interação 12, 14, 20, 22, 23, 24, 42, 45, 46, 51, 57, 59, 60, 64, 72, 75, 106, 127, 171, 182, 183, 186, 187, 190

Interdisciplinaridade 124, 125, 134

J

Januário Baleeiro 94, 95, 96, 97, 99, 100, 103, 104

L

Lucília Bechara Sanchez 81, 82, 84, 85, 93

M

Matemática 37, 38, 50, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 120, 123, 178, 181, 182, 183, 189, 209, 210

Matemática moderna 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93

Metodologias de ensino 71

Moderna 36, 39, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 115

Mulher 84, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

O

Orientações curriculares 169, 170, 180

P

Política educacional 94, 101

Práticas educativas 71, 73, 74, 78, 124, 127, 131, 134, 147, 148, 154, 209

Práticas pedagógicas 169, 171, 172, 174, 175, 179, 208

Q

Qualidade de vida 64, 116, 117, 123, 186, 191

R

Repertório cultural 124, 125, 126, 134

Republicanismo 36

S

Saúde ambiental 117

Sistema estadual de ensino 94

Socioambiental 117

Sociologia no ensino médio 158, 159, 161, 167

T

Teoria histórico-cultural 1

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

6

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

6

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021